



Bolsas		Pontuação B3		Dólar		Salário mínimo	Euro	CDI	CDB	Inflação	
Na segunda-feira		IBovespa nos últimos dias		Na segunda-feira		Últimos	Comercial, venda na segunda-feira	Ao ano	Prefixado 30 dias (ao ano)	IPCA do IBGE (em %)	
<div><div>0,13%</div><div>São Paulo</div></div>		<div><div>161.975</div><div>7/1</div></div> <div><div>163.150</div><div>8/1</div></div> <div><div></div><div>9/1</div></div> <div><div></div><div>12/1</div></div>		<div><div>R\$ 5,372</div><div>(+ 0,12%)</div></div>		<div><div>6/janeiro</div><div>5,380</div></div> <div><div>7/janeiro</div><div>5,387</div></div> <div><div>8/janeiro</div><div>5,389</div></div> <div><div>9/janeiro</div><div>5,365</div></div>	<div><div>R\$ 1.621</div></div>	<div><div>R\$ 6,271</div></div>	<div><div>14,90%</div></div>	<div><div>14,88%</div></div>	<div><div>Agosto/2025</div><div>-0,11</div></div> <div><div>Setembro/2025</div><div>0,48</div></div> <div><div>Outubro/2025</div><div>0,09</div></div> <div><div>Novembro/2025</div><div>0,18</div></div> <div><div>Dezembro/2025</div><div>0,33</div></div>
<div><div>0,17%</div><div>Nova York</div></div>											

CASO MASTER

BC e TCU fecham acordo sobre inspeção

Vital do Rêgo Filho, presidente do TCU, diz que Banco Central concorda com fiscalização e nega atritos entre as instituições

» RAFAELA GONÇALVES

Os presidentes do Banco Central (BC), Gabriel Galípolo, e do Tribunal de Contas da União (TCU), ministro Vital do Rêgo Filho, reuniram-se, ontem, após o acirramento das tensões institucionais em torno da liquidação do Banco Master. Depois do encontro, Vital do Rêgo afirmou que o BC reconheceu a competência do TCU para fiscalizar o processo e concordou com a realização de uma inspeção técnica.

“O Banco Central disse que era muito importante que o TCU fizesse a inspeção e a fiscalização. Saio da reunião profundamente feliz, com objetivos claros”, disse o ministro, em declaração dada à imprensa. Segundo ele, o encontro serviu para afastar qualquer dúvida sobre as atribuições do Tribunal. “A grande narrativa era se o TCU tinha competência para isso. Isso foi desmarcado. O próprio Banco Central reconheceu que o TCU é o fiscal de segunda ordem”, declarou.

A reunião teve como objetivo reduzir as tensões entre as autarquias e estabelecer limites claros para a atuação de cada uma, especialmente em processos sensíveis como intervenções e liquidações bancárias, que envolvem tanto a supervisão financeira quanto o controle externo da administração pública. De acordo com o presidente da Corte de Contas, não houve qualquer tipo de conflito entre as instituições. “Não existe nenhuma rusga com o Banco Central. Zero divergência. Foi uma reunião de absoluta convergência”, disse.

Vital do Rêgo destacou, ainda, que as portas do BC foram “inteiramente abertas e necessárias” para o cumprimento do papel fiscalizatório do Tribunal. “O Banco Central quer o selo de qualidade do Tribunal de Contas da União. Quer a segurança jurídica que o TCU pode oferecer”, afirmou.

Calendário

O presidente do TCU explicou que a Corte de Contas e o Banco Central irão definir, nos próximos dias, um calendário de trabalho entre as unidades técnicas das duas instituições para dar andamento à inspeção. “Já habilitamos nossos interlocutores, o Banco Central também indicou seus diretores, e vamos prosseguir rapidamente. O compromisso da Corte é concluir esse processo o mais rápido possível”, disse. A expectativa, segundo ele, é de que a inspeção dure cerca de um mês.

O ministro ressaltou que a atuação do TCU não envolve a revisão da decisão de liquidação do Master, tomada exclusivamente pelo Banco Central. “Nunca discutimos a competência para liquidar, que é do Banco Central. Cabe ao TCU analisar os documentos que fundamentaram esse ato administrativo e regulatório”, afirmou.

De acordo com Vital do Rêgo, a reunião contou com a participação de todos os diretores da autoridade monetária. Pelo lado do Tribunal, também estiveram presentes a secretária-geral de Controle Externo, a auditora-chefe da área responsável pelo acompanhamento do sistema financeiro, além de secretários da Presidência e integrantes das unidades técnicas.

O relator do caso no TCU, ministro Jhonatan de Jesus, acompanhou as discussões com a equipe de assessores e será responsável por conduzir as próximas etapas do processo. Procurado pelo **Correio** para comentar a reunião, o Banco Central não se manifestou até o fechamento desta edição.

Tensão

A liquidação do Banco Master, decretada pelo BC em 18 de novembro do ano passado, ganhou contornos mais sensíveis após o relator do caso no TCU, ministro Jhonatan de Jesus, determinar, na

Reprodução



Após encontro com Gabriel Galípolo, presidente do TCU, Vital do Rêgo, nega tensão e reforça que liquidação do Master é irreversível



O Banco Central quer o selo de qualidade do Tribunal de Contas da União. Quer a segurança jurídica que o TCU pode oferecer”

Vital do Rêgo Filho, presidente do TCU

semana passada, a realização de uma inspeção técnica nas dependências do BC e o acesso a documentos relacionados ao processo de liquidação. Na avaliação do relator, as informações apresentadas, até então, pela autoridade monetária seriam insuficientes para fundamentar de forma adequada as decisões adotadas no caso, o que justificaria a necessidade de uma verificação mais aprofundada.

A iniciativa, no entanto, provocou reação imediata do Banco Central, que recorreu da decisão

junto ao Tribunal presidido por Vital do Rêgo. O BC argumentou que uma inspeção dessa natureza não poderia ser autorizada de forma monocrática, por um único ministro, e deveria ser submetida à deliberação do plenário do TCU, sob pena de violar a autonomia da instituição.

Diante do recurso, Jhonatan de Jesus acolheu o pedido do Banco Central e decidiu levar a discussão sobre a inspeção ao colegiado do Tribunal. Ainda assim, o ministro deixou explícito seu descontentamento com a contestação

apresentada pelo BC, ressaltando que o recuo ocorreu em razão da “dimensão pública” que o caso assumiu nos últimos dias.

Vital do Rêgo evitou comentar possíveis desdobramentos do processo, deixando as próximas etapas sob a responsabilidade do relator. “O relator é o presidente do inquérito. A ele cabe conduzir o processo e se manifestar nos autos. Ao presidente do TCU coube, até aqui, defender a competência do Tribunal, e isso foi reconhecido pelo Banco Central”, disse o presidente do TCU.

FGC deve iniciar pagamento de recursos dos investidores

O Fundo Garantidor de Créditos (FGC) deve começar, nos próximos dias, o pagamento aos investidores que tinham Certificados de Depósito Bancário (CDBs) no Banco Master, liquidado pelo Banco Central em 18 de novembro de 2025. A previsão é de que os ressarcimentos tenham início ainda nesta semana ou no começo da próxima.

A liquidação extrajudicial do Master ocorreu no mesmo dia em que a Polícia Federal deflagrou a Operação Compliance Zero que investiga a fraude estimada de R\$ 12,2 bilhões de uma carteira de créditos podres vendida pelo banco privado ao Banco de Brasília (BRB), que havia anunciado a intenção de compra do Master, em março de 2025, mas a operação foi bloqueada pelo BC, após identificar irregularidades.

Ao todo, o FGC deve desembolsar cerca de R\$ 41 bilhões para indenizar aproximadamente 1,6 milhão de investidores. O saldo médio é de R\$ 25 mil por CPF, respeitado o limite de cobertura de até R\$ 250

mil por CPF ou CNPJ. Diferentemente do que muitos investidores imaginam, a ordem de pagamento não segue o valor aplicado nem a data do investimento.

Daqui a cinco dias, o prazo de 60 dias, inicialmente previsto para o máximo de tempo de espera dos investidores para recuperarem seus recursos que estavam aplicados no Master e que se enquadram nos valores segurados pelo FGC.

Segundo o próprio FGC, não há prioridade por montante investido ou por antiguidade da aplicação. Na prática, recebe primeiro quem consegue concluir antes as etapas operacionais exigidas para o ressarcimento, desde que seus dados já estejam validados.

O pagamento depende do cumprimento de três fases. A primeira é o envio da lista de credores pelo liquidante do banco. No caso do Banco Master, a responsabilidade é da EFB Regimes Especiais de Empresas, que deve encaminhar ao FGC a relação final de investidores e os respectivos valores a serem indenizados.

Divulgação



Liquidação extrajudicial do Master ocorreu há quase 60 dias

A segunda etapa é a abertura do sistema do FGC. Após receber e validar a base de dados, o fundo libera o acesso para que os investidores façam a solicitação da garantia.

Por fim, o pagamento só ocorre após a manifestação formal do investidor. Ou seja, é necessário acessar o sistema do FGC e solicitar o ressarcimento. Assim, quem se manifesta primeiro tende a receber

antes, desde que a documentação esteja correta.

Para pessoas físicas, todo o procedimento é feito por meio do aplicativo do FGC, já disponível para download. O investidor pode realizar um cadastro prévio antes mesmo do início dos pagamentos. Quando a lista de credores for carregada, o sistema permitirá a visualização do valor a receber, seguida da assinatura digital do termo de solicitação.

Após a validação dos dados bancários, o depósito é realizado em até 48 horas úteis, diretamente na conta do titular. Para pessoas jurídicas, o processo ocorre pelo site do FGC. Depois da análise da documentação, o termo é enviado para assinatura digital, e o pagamento segue o mesmo prazo.

Desvios

Em investigação paralela à da PF, o Banco Central identificou 36 empresas, na maioria de pequeno porte, como supostas tomadoras de empréstimos fictícios do Master, utilizados

para desviar cerca de R\$ 11,5 bilhões por meio de fundos de investimento administrados pela Reag, instituição financeira que é alvo da Operação Carbono Oculto, que investiga esquema de fraudes e lavagem de dinheiro no setor de combustíveis.

As suspeitas constam de comunicação enviada pelo BC ao Ministério Público em 17 de novembro, na véspera da decretação da liquidação extrajudicial da instituição, documento ao qual o jornal Valor Econômico teve acesso.

Segundo o BC, a maior parte das empresas atua no setor de construção civil, algumas com capital social inferior a R\$ 1 mil e, em certos casos, com sócios em comum. Há também companhias de maior porte nos ramos de alimentos, hotelaria e comércio exterior.

De acordo com a apuração, recursos de clientes do Master aplicados em CDBs, muitos deles com garantia do FGC, teriam sido desviados e retornados ao banco na forma de investimentos em fundos vinculados ao suposto esquema. **(RG)**